

INDIVÍDUO E SOCIEDADE NA ESCRITA DA HISTÓRIA: O PRIMADO DO SOCIAL NA HISTORIOGRAFIA DOS ANNALES

Raimundo Barroso Cordeiro Jr.¹

A escrita da história enquanto relato das ações realizadas pelos sujeitos do poder político e das atividades desenvolvidas pelo Estado no cotidiano das sociedades foi, por quase todo o século XIX, tido como único modelo possível de preservação da memória de maneira científica daquilo que realmente importava aos homens do presente. Seguindo este raciocínio, acreditava-se que somente a história política permitia aos homens comuns, os cidadãos do Estado, apropriarem-se das descontinuidades no tempo, apreendendo os acontecimentos e seus encadeamentos em uma longa sucessão de efeitos de toda ordem.

A partir do século XIX na Europa, principalmente na Alemanha e na França, a história dos fatos políticos foi apresentada como a única possibilidade de realização científica da história, na medida em que os “fatos históricos” que se dão ao historiador como fonte confiável, são justamente aqueles que foram protagonizados pelo Estado, retratando com fidelidade a história daquilo que “realmente aconteceu”.

No início do século XX, entretanto, esse esforço para garantir objetividade ao conhecimento histórico, limitando-o à história política, não mais atendia aos interesses e às expectativas intelectuais das novas gerações de historiadores. Além disso, os novos historiadores percebiam com certa preocupação, sem deixar manifestar certo otimismo, o avanço das ciências sociais e ao mesmo tempo a defasagem temática e teórica da história. Este fato caracteriza um contexto de “crise do saber histórico”, posto que aos historiadores da idade da democracia e das massas, não mais satisfazia uma historiografia centrada na exaltação do Estado e nas suas formas de expressão.

Sendo assim, a discussão a propósito desse paradoxo se dá pelo anúncio da “pobreza” temática e teórica daquela modalidade de história, sugerindo-se uma renovação na prática dos historiadores a partir da qual se reabilitasse sua credibilidade epistemológica. O reconhecimento do estado de decadência teórica e metodológica do tipo de história que se pronunciava através do discurso narrativo, personalista, cronológico e descritivo, pode ser acompanhado pelos historiadores franceses a partir do debate promovido pela sociologia durkheimiana, apontando para os equívocos da *história historizante* através da síntese crítica elaborada por François Simiand. No artigo “Méthode Historique et Sciences Sociales” publicado na *Revue de Synthèse Historique* em 1903, Simiand alerta contra ídolos da tribo dos historiadores, quais sejam, o cronológico, o individual e o político. Segundo o autor, estes ídolos agiam como senhores da historiografia, escravizando os historiadores à história política. Dessa forma, a sociologia de E. Durkheim serviu de inspiração e base crítica a esses historiadores no confronto contra a respeitabilidade da história metódica².

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Associado do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, onde leciona Teoria da História. Atualmente coordena o PPGH-UFPB.

² Sobre os objetivos programáticos da história metódica ver: MONOD, Gabriel. Introduction: du progrès des Études historiques en France depuis le XVIe. siècle. *Revue Historique*, Paris, Librairie

Neste contexto de reflexão sobre as possibilidades e o conteúdo pretensamente científico da disciplina histórica, emerge um movimento que intensifica o debate a respeito das características e das virtualidades da história como conhecimento sistemático das experiências coletivas vividas no passado. O aprofundamento dessas ponderações se dá de maneira categórica entre esses historiadores que, embora herdeiros da fortuna erudita que se consolidou durante todo o século XIX, desconfiavam da consistência epistemológica da historiografia hegemônica. Por isso, levantaram questões sobre a sua validade e coerência a partir dos esforços metódicos de inclusão da história no rol das ciências.

Destaca-se, nesse cenário de polêmicas, um grupo de historiadores formados sob a influência das mais diversas experiências intelectuais, absorvendo as lições das ciências inovadas, tais como a sociologia, a psicologia e a geografia, e que se propuseram à ousadia de estabelecer um novo paradigma para o conhecimento histórico. Esses historiadores e demais cientistas sociais, demarcaram suas posições a partir das diversas publicações que foram surgindo desde o fim da segunda metade do século XIX e proliferaram durante todo o XX.

Como crítica e alternativa à história política dos grandes personagens, dos nomes próprios, das datas e dos feitos do Estado, a história social assume como premissa teórica e objeto de estudo o destino coletivo das massas, considerando-o mais relevante e significativo que a história centrada nos indivíduos, sejam eles reis, líderes políticos ou heróis de toda ordem. Os começos deste tipo de cultura historiográfica podem ser observados nas formulações de historiadores e juristas a partir do século XVI, como as primeiras manifestações em busca de uma *histoire parfaite* e de uma *histoire accomplie*³, quando as crônicas medievais e a história da vida dos reis foram questionadas e se pensou em substituí-las por uma história geral dos costumes, dos modos de ser e das tradições de uma civilização.

*Não se poderia, é certo, silenciar no que diz respeito aos progressos da erudição e da crítica, não mais do que o apelo lançado por um certo número de juristas franceses (como Jean Bodin e Lancelot de La Popelinière) à busca de uma “história perfeita” que englobasse todos os aspectos da evolução humana. Mas há uma distância muito grande entre os projetos e a realização. Na França, como na Itália, a história humanista permaneceu, o mais das vezes, um relato linear de que os príncipes, os grandes e os guerreiros são os principais, senão os únicos atores.*⁴

De certa maneira, essa orientação teórica e metodológica vai se prolongar até o século XVIII, com grande parte dos filósofos iluministas, tais como Montesquieu e Voltaire, esforçando-se para escrever um tipo de história que fosse muito mais além da história dos feitos pessoais de personalidades trans-históricas. A ênfase na análise das peculiaridades dos povos e o ceticismo quanto ao acúmulo de informações

Germer Baillièrre et Cie., t. 1, jan./jun. 1876, p. 5-38.

³ Cf. HUPPERT, George. *L'idée de l'histoire parfaite*. Paris: Flammarion, 1973; CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introduction à l'historiographie*. Paris: Nathan Université, 1994; CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Tradução de Pedro Jordao. Lisboa: Teorema, 1992.

⁴ LÉVÊQUE, P. História Política. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Tradução de Henrique de Araujo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 381.

factuais, caracterizou o pirronismo histórico dos pensadores do período⁵. Para isto, narravam subsidiariamente os fatos de maneira a enfatizar os costumes, as tradições, os comportamentos e as leis que constituíam as sociedades. Essa compreensão da história, embora muitas vezes confundida como um tipo de filosofia moral e com a filosofia da história, representou a tentativa de superação da história descritiva das excentricidades dos indivíduos, atribuindo-se a tarefa de compreender os fenômenos da vida social nas suas regularidades e recorrências.

Frente ao aprofundamento dos princípios da filosofia da ciência moderna e a cristalização do pensamento científico em ideologias científicas, a história teve de prestar contas de suas possibilidades explicativas no decorrer do século XIX, tendo em vista a sua posição absolutamente confortável diante das demais disciplinas da tradição humanística. Com sua representatividade social e prestígio institucional, tendo sido alçada à condição de moda intelectual e popular, fora-lhe cobrado um tanto de responsabilidade de ordem teórica e metodológica condizente com as exigências do contexto intelectual de valorização da positividade do conhecimento. Neste caso, vê-se a história se voltar para o modelo naturalista de ciência, buscando um tipo de objetividade que, supunham seus seguidores, apenas o relato orientado pela noção de fato histórico poderia lhe fornecer.

O século XIX, foi a belle époque da história: aquela da história considerada como ciência. E não uma ciência entre as outras, mas, ao lado da psicologia, como uma das ciências fundamentais do espírito. Pois todas essas tinham que se ocupar de suas produções: da linguagem, de literaturas, de religiões, da arte, tinham somente histórias particulares. A História, a História tout court e com maiúscula, devia lhe servir de guia e modelo. Esta foi uma bela época para os historiadores. Seu prestígio jamais foi tão alto, nem a opinião que eles tinham de si mesmo. Certamente se tomavam por espíritos puros, situados fora do tempo e do espaço. Praticando uma vorurteilsfreie Forschung⁶, e descrevendo, com toda objetividade, aquilo que realmente aconteceu. Quase todos acreditavam nos fatos históricos, duros como pedra, e que bastava extrair da carreira de arquivos para que, arrumados um a um e cimentados por leis bem estabelecidas do desenvolvimento, eles recompusessem a História, a verdadeira, e permitissem de compreendê-la em todos os seus detalhes.⁷

Apesar da suposta precocidade da história social, esta opção teórico-metodológica, após as tentativas de conquistar uma posição hegemônica, em grande parte do *Século da ciência e da História*, somente veio a ser retomada nos fins do século XIX, por ocasião do recrudescimento da questão social e dos avanços intelectuais do pensamento socialista. O longo período de inflexão da história idealizada e proposta pelos historiadores humanistas do século XVI, deveu-se, segundo Peter Burke, à

⁵ Cf. BAUMER, F. L. *O pensamento europeu moderno* - vol. I: séculos XVII e XIX. Tradução de Maria Manuela Alberty. Lisboa: Edições 70, 1990.

⁶ A tradução literal seria “pesquisa sem preconceitos”, o que deve se entendido por “conhecimento imparcial”.

⁷ POMIAN, Krzysztof. *L'histoire de la science et l'histoire de l'histoire*. *Annales ESC*, Paris, 30e. année, n. 5, set./ out. 1975, p. 935-936.

iniciativa contrarrevolucionária levado a cabo pela historiografia de orientação rankeana⁸. Entretanto, para além dos efeitos reacionários da “história científica” de tradição alemã, pode-se dizer que o marxismo e sua preferência política pelas massas exploradas pelo capitalismo, acabou por influir consideravelmente nos destinos da história social que viria a se consolidar a partir da primeira metade do século XX. Dessa forma pode se verificar o abandono paulatino, embora contundente, da história enquanto relato personalista dos sujeitos privilegiados e excepcionais.

*A história tradicional interessava-se quase exclusivamente por indivíduos, pelas camadas superiores da sociedade, por suas elites (os reis, os estadistas, os grandes revolucionários) e pelos acontecimentos (guerras, revoluções), ou pelas instituições (políticas, econômicas, religiosas...) dominados pelas elites. A história social, ao contrário, interessava-se pela massa da sociedade, que permanecia distante dos poderes, por aqueles que lhes eram submetidos. Essa orientação, aliás, não era reservada à pesquisa do passado. Ela também suscitava ciências novas do presente, nascidas de um mesmo interesse pelo que era dominado, desprezado pelas sucessivas elites, e também anônimo, coletivo, mas que tinha-se cada vez mais a tentação de reconhecer as forças reais.*⁹

Nesse período de experiências modernizantes, tanto no que concerne às inovações científicas, filosóficas e estéticas, observa-se a existência de uma variedade de matrizes teóricas no universo intelectual francês, influenciando ou mesmo determinando os caminhos da discussão sobre as possibilidades de renovação da história. Neste caso específico, são representativas as contribuições de algumas linhas fortes do pensamento acadêmico, por exemplo, os avanços progressivos do materialismo histórico em direção à história social e os desdobramentos de uma história inicialmente econômica e posteriormente quantitativa e serial.

Essas alterações continham as ideias de projetos que visavam garantir à história uma legitimidade científica e conseqüentemente política, em um ambiente francamente desfavorável para as disciplinas ditas de tradição literária. Dentre estes, o movimento historiográfico dos *Annales* parece ter sido aquele que mais concorreu para a divulgação de novos valores a serem aplicados ao *métier* do historiador, considerando os desdobramentos de suas críticas à história política e às pretensões científicas da historiografia metódica.

Para combater a hegemonia da história política, os historiadores dos *Annales* começaram por criticar o modelo de escrita adotado pelos professores e intelectuais que deram conteúdo e notoriedade à Escola Metódica. Para substituir esse padrão historiográfico, os *annalistes* partiram em defesa de um tipo de história que fosse ao tempo aberta ao trabalho interdisciplinar e se orientasse por uma noção ampliada de documento histórico. Estes historiadores denominaram o seu projeto de história total, querendo com isso demarcar um território muito mais extenso para a pesquisa histórica, rompendo com os limites da *histoire événementielle* e de sua metodologia baseada na exclusividade dos documentos escritos oficiais. No lugar de uma história elitista dos

⁸ Cf. BURKE, Peter. *A Escola dos Annales - 1929-1989: a revolução francesa da Historiografia*. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

⁹ ARIÈS, Philippe. *O Tempo da História*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, p. 156.

fatos políticos, os Annales propuseram uma história convertida em social, preocupada com todas as modalidades de experiência humana, visto que a história política:

*[...] só tinha olhos para os acidentes e as circunstâncias mais superficiais: esgotando-se na análise das crises ministeriais e privilegiando as rupturas de continuidade, era a própria imagem e o exemplo perfeito da história dita factual, ou événementielle – sendo o termo aí evidentemente usado no mau sentido -, que fica na superfície das coisas e esquece de vincular os acontecimentos às suas causas profundas.*¹⁰

O ideal de história total alimentado pelos fundadores dos Annales, parece dizer respeito à preocupação teórica de apreender em um processo de síntese a multiplicidade de experiências vividas no tempo histórico, considerado também múltiplo e variado. Isto significa dizer que ao abandonar as noções de progresso, linearidade, irreversibilidade, uniformidade, substituídas pelas ideias de pluridirecionalidade, multiplicidade, descontinuidade etc., a duração histórica somente pode ser assimilada se tomada na sua singularidade, o que permite formular uma compreensão total de seu sentido humano.

Em defesa desse projeto de história total, foi preciso investir contra a história historizante e a história acontecimental, criticando-as naquilo que consistia sua prática e sua ideia de conhecimento histórico. Denunciando, assim, a simples descrição dos acontecimentos, concordante com o estilo narrativo, o encadeamento dos fatos segundo a lógica do documento como história dada, como uma falsa postura científica motivada pelo ideal de neutralidade e objetividade. “As críticas contra a escola metódica se multiplicam, reprovando-lhe de ter fundado a história exclusivamente sobre textos e de privilegiar o método (fichas, notas de pé de página, etc.), o acontecimental, a história batalha”¹¹.

Esse combate de ideias se realizou no interior mesmo de uma mudança no pensamento historiográfico, porque expressou a separação da história com a explicação filosófica da realidade e, em seguida, com a ilusão naturalista da história científica. Essa alteração de trajetória de fato redundou numa ‘redefinição epistemológica’, isto é, as antigas certezas sobre a natureza do conhecimento histórico foram substituídas por outras, cuja ênfase recaía sobre o aspecto relativo da verdade histórica. Esgotando-se as expectativas nas relações da história com a filosofia e com as ciências físicas, o novo pensamento histórico direcionava suas esperanças para uma nova parceria, em busca da inteligibilidade da experiência histórica.

É que pensavam, antes de tudo, em uma história de acontecimentos, até mesmo de episódios: quero dizer, aqueles que, certo ou errado - não é o momento de examinar - , dão extrema importância a retrair exatamente os atos, palavras ou atitudes de alguns personagens, agrupados em uma cena de duração relativamente curta, em que concentram, como na tragédia clássica, todas as forças da crise do

¹⁰ RÉMOND, René (org.). Por uma História Política. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1996, p. 16-17.

¹¹ CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introduction à L’Historiographie*. Paris: Nathan Université, 1994, p. 89.

*momento: jornada revolucionária, combate, entrevista diplomática.*¹²

Em função dessa estratégia de combate intelectual, a história política esteve por quase sessenta anos fora das temáticas desenvolvidas pelos historiadores ligados à tradição dos *Annales*. Sua proposta sugeria uma história que se instituisse na busca da compreensão das experiências humanas, por meio de um processo de interpretação dos acontecimentos de acordo com as regras do procedimento científico dado pelas ciências sociais, caracterizando sua perspectiva do que seria o trabalho interdisciplinar.

Para substituir os temas privilegiados e os personagens centrais da história política, quais sejam as batalhas, as guerras, os conflitos militares nacionais e internacionais, os generais, os diplomatas e os chefes de Estado, a história dos *Annales* apresenta alternativamente as temáticas relativas à cultura, a economia e as mentalidades, todas abordadas na longa duração através de sua regularidade. Como sujeito da história, esse projeto enfatiza o papel das massas formadas por pessoas comuns e suas experiências sociais no tempo. Neste sentido, na idade da democracia, a história deveria adotar uma perspectiva social, trazendo para a cena os personagens preteridos pelo elitismo das ciências do passado, atualizando suas demandas históricas e construindo o caminho para uma nova cultura historiográfica.

O movimento dos *Annales* foi certamente uma das mais bem sucedidas experiências contemporâneas de história social. Seus fundamentos teóricos têm origem na relação intelectual dos seus fundadores com o movimento sociológico liderado por Émile Durkheim. Esta proximidade com a sociologia durkheimiana não apenas permitiu reunir os elementos críticos de rompimento com a *história historizante*, como se constituiu no princípio justificador da proposta de interdisciplinaridade que marcará o *Esprit d'Annales*¹³. A contribuição crítica da escola sociológica, para a inovação historiográfica, será sintetizada pelas ideias reunidas por François Simiand¹⁴ sobre a prática metódica do fim do século XIX. Através da metáfora dos ídolos da tribo – o cronológico, o individual, o político – os novos historiadores aprenderam a identificar os epígonos da história pensada como científica e sustentada nas promessas do método filológico e da erudição.

No lugar da noção de fato histórico, – um acontecimento exemplar, acabado, singular e irrepitível, reconstituído pela pesquisa documental realizada nos arquivos, depósitos da história *res gestae* –, os *Annales* propõem que se trabalhe com a tese da *história-problema*¹⁵. A partir dela o historiador elabora criticamente o seu o

¹² BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 70-71.

¹³ Sobre a importância da sociologia durkheimiana na renovação da historiografia francesa cf. BERR, Henri. Sur notre programme. *Revue de Synthèse Historique*, Paris: Librairie Léopold Cerf, t. 1, n. 1, 1900, p. 1-8.

¹⁴ SIMIAND, François. Méthode Historique et sciences sociales. *Revue de Synthèse Historique*, Paris, Librairie Léopold Cerf, T. IV-1, n. 18, 1903, p. 1-22.

¹⁵ Segundo Croce a sistematização da ideia de história-problema tem sua origem no pensamento de Gustav Droysen. “Melhor que qualquer outro, Droysen percebeu com agudeza e afirmou resolutamente que a historiografia consiste na Frage, na formulação da pergunta historiográfica: conceito fecundo, por ele reforçado com a definição de que o fim da historiografia é ‘compreender indagando’ (forschend zu verstehen), mas ao qual faltaram o relevo, o aprofundamento e a utilização necessários”. CROCE, Benedetto. *A História do Pensamento e Ação*. Tradução de Darcey Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar, 1962, p. 112-113.

conhecimento, vislumbrando uma abordagem global das experiências humanas do passado. O encaminhamento dado pelo historiador deve principiar com a formulação de hipóteses, utilizando conceitos e aderindo a teorias explicativas, caracterizando a história como uma atividade tipicamente intelectual. Orientados pela busca de uma história total, os historiadores deveriam tratar de todas as experiências humanas na longa duração, enfatizando aquelas que refletissem a vida das pessoas como sujeitos que sintetizam em si as diversas forças do social.

A nova história social e econômica dos Annales, que pretendia ultrapassar, sem negar, mas ir além, a história dos nomes, datas e acontecimentos, oferecia um risco. O perigo estava, precisamente, em, ao afastar-se da vida dos homens, esquecer aquilo que cada indivíduo possuía de singular e de insubstituível. Esta história social e econômica, embora feita com o propósito de superar a história factual, não poderia ignorar a grandeza dos homens. O exemplo de Lucien Febvre é ressaltado por Braudel, já que o parceiro de Marc Bloch, mesmo empenhado no estudo dos destinos coletivos, não descuidara dos indivíduos. Um bom espelho para o comportamento analítico dos historiadores poderia ser encontrado nos estudos da história social a partir de Lutero ou da perspectiva de Rabelais, conforme atestava o rigor intelectual de Lucien Febvre. Ao inovar no alargamento do campo de prova dos estudos históricos, Febvre havia contemplado também os indivíduos.¹⁶

Apesar dos fundadores dos *Annales* terem se iniciado nas discussões sobre as possibilidades teóricas da sociologia nos bancos da Escola Normal Superior, esta convivência somente vai se transformar em prática efetiva e constante por intermédio de Henri Berr¹⁷, a partir do seu engajamento nas atividades realizadas pelo *Centre International de Synthèse*, pelas publicações da *Revue de Synthèse Historique* e nos debates promovidos pelas *Semaines de Synthèse*. Nesta instituição independente, historiadores desconhecidos, como Lucien Febvre e Marc Bloch, tiveram a oportunidade de entrar em contato com um conjunto significativo de intelectuais franceses e estrangeiros, cuja impressão positiva os habilitou a liderar um movimento de inovação historiográfica.

A *Revue de Synthèse Historique* propiciou a aproximação desse nascente movimento historiográfico com o pensamento das ciências sociais francesas e europeias, oferecendo-lhe uma visão de conjunto desses saberes. O seu propósito era diminuir a distância entre essas áreas do conhecimento humano, permitindo assim, que a história viesse a se tornar também uma ciência social.

¹⁶ MARTINEZ, Paulo Henrique. Fernand Braudel ou o Sorriso da História. In: CATANI, Afrânio Mendes & MARTINEZ, Paulo Henrique (orgs.). *Sete ensaios sobre o Collège de France*. São Paulo: Cortez, 1999, p. 38-39.

¹⁷ Henri Berr (1863-1954), embora tenha participado ativamente das discussões sobre a história (*La synthèse en histoire, essai critique et théorique* – 1910), não era de fato historiador. Agrégé e doutor em letras, escreveu sua tese tratando de um tema filosófico (*L'avenir de la philosophie: esquisse d'une synthèse des connaissances fondée sur l'histoire* – 1898). Foi professor de letras e retórica no Liceu Henri IV em Paris. Planejou e organizou a coleção *L'évolution de l'humanité* e fundou, em 1925, o *Centre International de Synthèse*, no qual se realizava anualmente as *Semaines Internationales de Synthèse*. Lucien Febvre o conheceu em 1902 na Escola Normal Superior e começou a colaborar na RSH em 1905.

[...] os fundadores dos 'Annales' encontravam não apenas o acento posto no econômico, como também no social, aquele social que os seduzira por seu caráter vago que permitia falar de tudo. Porque se tratava de saltar muros, derrubar as divisões que separavam a história das ciências vizinhas, especialmente as sociologia. Sob a etiqueta de social, Lucien Febvre e Marc Bloch encontravam a inspiração sem fronteiras da *Revue de synthèse historique*[...].¹⁸

Estas marcas intelectuais encontradas na formação acadêmica dos historiadores dos *Annales* esclarecem a maneira particular como se processou a assimilação de um modo específico de pensar a relação entre o indivíduo e a sociedade. O esquema de abordagem relacional que se encontra subjacente ao trabalho de interpretação histórica de Lucien Febvre e, principalmente de Marc Bloch, constitui-se na busca da compreensão das realidades que estabelecem o condicionamento social do indivíduo.

Assim, através da dinâmica sociedade-indivíduo-sociedade, os *annalistes* expressaram uma convicção intelectual construída simultaneamente à emergência das jovens ciências sociais, isto é, que o reconhecimento da determinação do social sobre o individual seria condição necessária para a produção de uma ciência histórica. A matriz teórica do primado do social é constitutiva do arcabouço da história social, enquanto expressão intelectual da crítica da realidade concreta das sociedades democráticas, burguesas, urbanizadas e industriais, através de suas conquistas e de seus paradoxos. Manifestação, portanto, de uma maneira diferente de pensar o conhecimento histórico, seguindo os passos do processo de declínio das sociedades aristocráticas e absorvendo as novidades da modernidade emergente.

Nesse tipo de abordagem, cujo objetivo de base tem sua origem nos debates promovidos pelas ciências sociais na virada do século XIX, os *Annales* demonstram que sua principal motivação é “interpretar” como se relacionam a personalidade individual e as contingências da coletividade, como se efetivam as influências mutuamente determinantes dos comportamentos. Discussão herdeira da sociologia durkheimiana das representações coletivas, a história social dos *Annales* pretende compreender uma determinada época por meio, inclusive, dos atos individuais, mesmo que para isso tenha que utilizar-se do gênero biográfico, há algum tempo questionado e preterido por muitos historiadores não ligados diretamente à experiência do movimento *annaliste*¹⁹.

¹⁸ LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 30.

¹⁹ Em Collingwood, por exemplo: “Não pode existir história de nada que não seja pensamento. Assim, uma biografia, por exemplo, por mais história que contenha, é construída sobre princípios que não só não são históricos, mas também anti-históricos. Os seus limites são fatos biológicos: o nascimento e a morte de um organismo humano. A sua estrutura é, pois, não uma estrutura de pensamento mas de processo natural. Através dessa estrutura – a vida corpórea do homem, com a infância, a maturidade e a velhice, as doenças e todos os acidentes da existência animal – deslizam, cruzando-se, as marés do pensamento – do que lhe é próprio e do alheio – indiferentes à sua constituição, ondas deslizando por entre os destroços do barco naufragado que o mar lançara à praia. Ao espetáculo de uma vida assim corpórea com suas vicissitudes se associam muitas emoções humanas, e é a biografia, como forma literária, que sustenta estas emoções de um alimento que poderá ser saudável; isto, porém, não é história”. COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de História*. Lisboa: Presença; Livraria Martins Fontes, 1984, p. 314.

Embora não se possa dizer que as “influências” durkheimianas tenham sido da mesma ordem nos fundadores dos *Annales*, pode-se observar o esforço de produzir uma síntese das expectativas teóricas apresentadas tanto pela sociologia como pela psicologia, ideais herdados da proximidade e parceria com Berr. Dessa forma, parece que as obras históricas de Febvre e Bloch desenvolveram com maior frequência e maior representatividade a reflexão do pressuposto social na explicação histórica, embora suas relações com a sociologia tenham sido marcadas pela prudência e desconfiança. Essa orientação teórica tem uma importância imprescindível, na medida em que joga com a própria ideia de inovação da história.

Não sou daqueles para quem a história «é apenas obra dos indivíduos». Ela é, a meu ver, obra dos indivíduos e dos grupos, para usar propositadamente, uma palavra muito geral. O indivíduo histórico - como já esclareci anteriormente - a personagem histórica, mais exatamente, desenvolve-se em e pelo grupo. Desprende-se dele temporariamente a apontar-lhe caminhos novos. Mas para realizar a sua tarefa - a de um fermento que faz levedar a massa humana -, é necessário que mergulhe nela, o mais cedo possível, que se reincorpore ao grupo; e assim, para usar uma linguagem corrente, dizemos recuo, e mesmo retrocesso.²⁰

Encontra-se, portanto, no pensamento da primeira geração dos *Annales* um pressuposto sociológico que se fundamenta na existência de uma dialética entre indivíduo e sociedade, justificando a necessidade do historiador redefinir sinteticamente estas relações, cuja tendência aponta para uma espécie de determinismo do social sobre o individual. A abordagem social da história parte do mundo da cultura, entendido como a manifestação de tudo o que é comum a uma coletividade no que diz respeito a valores éticos, estéticos, religiosos, artísticos, filosóficos, científicos, para em seguida descobrir aquilo que diverge ou o que consente, nesse denso, variado e, aparentemente, uniforme universo de experiências de vida.

Na impossibilidade de apreender a totalidade da cultura nas suas diversas esferas, o historiador deve buscar um encontro com as expressões microscópicas desse todo abrangente: o sujeito de sociedade. Ao encontrá-lo no emaranhado das vivências coletivas, transforma-o em personagem da história, investigando sua trajetória individual com o objetivo de identificar sua capacidade de incorporar os elementos substantivos de sua cultura, bem como sua inserção crítica como agente relativizante dos valores e das tradições, assumindo, a partir de então, o papel de elemento possibilitador da compreensão histórica desse período.

A biografia intelectual à maneira de Febvre é, de facto, a história da sociedade, atendendo a que situa os seus heróis simultaneamente como testemunhas e produtos dos condicionamentos colectivos que limitam a livre invenção individual.²¹

O modelo construído por Febvre, por exemplo, para escrever biografias se constitui de alguns pressupostos explícitos: o biografado é, consideradas as qualidades de

²⁰ FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 2. ed. Tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Presença, 1985, p. 87.

²¹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Bertrand Brasil, 1990, p. 40.

condensação de vetores culturais que sua experiência pessoal pode manifestar, uma ponte para o entendimento das especificidades de sua época em relação ao presente do historiador. O indivíduo incorpora e assume as questões de sua época, embora esteja condicionado a uma dialética que quase sempre lhe foge ao controle. Sendo assim, pode-se dizer que, em última instância, a coletividade é a verdadeira fonte dinâmica de produção das representações culturais, enquanto o indivíduo representa apenas a função de porta-voz de suas exigências históricas.

Os personagens biografados estão envoltos, pois, em um clima “espiritual” que lhes ultrapassa e lhes condiciona as maneiras de intervenção na realidade social. Somente com a colaboração interdisciplinar da sociologia e da psicologia coletiva, seria permitido ao historiador apreender essas determinações socioculturais através de novos instrumentos teóricos e metodológicos.

*O meio social penetra a priori no autor da obra histórica, enquadrando-o, numa larga medida, determina-o na sua criação. E, quando esta está pronta, ou morre, ou então, para que ela viva, é preciso que sofra a colaboração ativa, a terrível colaboração das massas, a pressão do meio, irresistível e constrangedora.*²²

Os personagens históricos escolhidos por Febvre são produtores de obras que certamente se tornaram “fatos de civilização”, isto é, atitudes que marcam a vida das coletividades e se propagaram no tempo. Entretanto, contra toda e qualquer confusão de propósitos, não se deve deixar que essa evidência tome de assalto o observador desprevenido ou o prosélito devotado, e que ao repassá-la colabora com um tipo de história que não é a de Febvre: a história das ideias “desencarnadas”. Tomar esses indivíduos como autores conscientes e exclusivos das ações que se lhes atribuem, seria consubstanciar uma explicação histórica individualista e personalista. Ao contrário disso, rompendo com a lógica das formas individuais de pensamento, Febvre submete as suas obras a uma perspectiva interpretativa que privilegia os elementos sociais do seu conteúdo historicamente produzido. Em uma palavra, as ações humanas, embora representadas por seus agentes singulares, são constantemente apropriadas e redimensionadas pela ação corrosiva dos interesses da sociedade. A historiografia febvriana reflete profundamente essa ambiguidade “positiva” nas relações entre indivíduo e sociedade e determina as suas opções temáticas e metodológicas.

Na verdade, estas ideias têm sua origem no projeto pancientífico do durkheimiano Henri Berr, na medida em que sua concepção de história expressa a crença de que um fato social é também um fato psicológico. Ideia bastante divulgada e comum aos historiadores e filósofos que professaram o novo pensamento epistemológico a respeito da história e suas características científicas, especialmente aqueles que se alinharam ao historicismo de orientação diltheyniana²³. Muito provavelmente, o

²² CHARTIER, *A História Cultural*, p. 209.

²³ O historicismo de Dilthey, ou neo-historicismo, constituiu-se em uma recusa ao romantismo e ao positivismo da escola histórica rankeana. De orientação kantiana, baseava-se na noção de que natureza e cultura são diferentes e inconciliáveis, propondo a tipologia das ciências do espírito através das quais se toma o homem como sujeito e objeto do conhecimento objetivo. Acreditavam, pois, na possibilidade de realização científica para essas disciplinas, atribuindo-lhes a tarefa de compreender o sentido das manifestações culturais, que são, na verdade, expressões do pensamento. Assim, para os seguidores do historicismo todos os fatos históricos, são fatos

pioneirismo intelectual e mobilizador de Berr tenha possibilitado o compartilhamento dessas ideias pelos historiadores cuja formação se deu pós-1870.

Acreditamos que a sociedade existe somente para o indivíduo se constituir plenamente e se afirmar, ela oculta, em um dado momento, o indivíduo, até o dia quando este faz sobre ela a sua reparação, de qualquer modo, e a aperfeiçoa conscientemente graças ao desenvolvimento psíquico que ela permitiu.²⁴

Em síntese, a fundamentação teórica da história social elaborada pelos historiadores do movimento dos *Annales*, corresponde, simultaneamente, a um tipo de adesão à crença nas possibilidades da ciência moderna em refletir o real do social por meio das experiências dos indivíduos, bem como na história como uma prática intelectual de descrição e apresentação da extensão empírica das vivências particulares. O reconhecimento da dinâmica que se verifica entre sujeito e coletividade e a prevalência desta sobre aquele, o *a priori* do conhecimento proposto pela história social, abre caminhos para posturas teóricas distintas, permitindo que se pense no projeto dos *Annales* como moderno e não moderno, racional e não racional.

Ao definir o evento gerador como ponto de partida para o trabalho histórico e preservar o sujeito na sua individualidade, embora seja o abrigo do social, a historiográfica dos *Annales* corresponde, pois, tanto à confirmação do projeto epistemológico da modernidade, onde o conhecimento é a representação da realidade que existe independente do sujeito, como a uma abertura para se interpretar a individualidade enquanto criadora do real, a fragmentação do sentido da história e a dispersão dos sujeitos no vivido.



produzidos pela psicologia (vida mental) do indivíduo condicionado socialmente. Cf. FALCON, Francisco J. Calazans. 'Historicismo': a atualidade de uma questão aparentemente inatual. *Tempo - Revista de História da Universidade Federal Fluminense*, Niterói, v. 4, 1997, p. 5-26.

²⁴ BEER, Henri. La Grèce: école politique de l'Humanité. In: GLOTZ, G. *La cité grecque*. Paris: Editions Albin Michel, 1953, p. VI.

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de apresentar a maneira particular como o movimento historiográfico francês dos *Annales* recepcionou as propostas da nascente sociologia do final do século XIX. Para isto, analisa a formação acadêmica e as experiências intelectuais dos historiadores que fundaram aquele movimento, especialmente a partir da noção do primado social sobre o individual desenvolvido por E. Durkheim. Destaca-se a presença marcante de Henri Berr e suas relações de amizade intelectual com a primeira geração dos *Annales*, atribuindo-lhe significativa responsabilidade na divulgação, por meio da *Revue de Synthèse Historique*, das ideias e programa da sociologia durkheimiana. Enfim, observa-se a atitude reticente dos historiadores *annalistes* em assumirem cabalmente o arcabouço teórico das ciências sociais e modo como essas ideias constituem uma cultura historiográfica.

Palavras Chave: História da Historiografia; Teoria da História; Cultura Historiográfica; Movimento dos *Annales*; Sociologia Durkheimiana; Primado Social; Escrita da História.

ABSTRACT

This paper intends to show the particular way as the French historiographic movement of *Annales* received the rising sociology proposals at the end of 19th century. Following this aim, it especially analyzes the academic formation and the intellectual experiences of historians who established that movement, from the notion of social primate prominence on individual developed by E. Durkheim. It is distinguished the strong presence of Henri Berr and its relations of intellectual friendship with the *Annales* first generation, attributing him a significant responsibility in the spreading, though the *Revue de Synthèse Historique*, of the ideas and programs of Durkheim's sociology. At last, it's observed the reticent attitude of the *annalistes* historians to assume with full compromise the theoretician paradigm of social sciences and how these ideas constitute a historiographic culture.

Keywords: Historiography's History; History Theory; Historiographic Culture; Annales Movement; Durkheim's Sociology; Social Primate; History Writing.